



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/01

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

DISPÕE SOBRE RUÍDOS URBANOS
NOCIVOS À SAÚDE E PROTEÇÃO DO
BEM ESTAR E DO SOSSEGO PÚBLICO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vereador: Telmo Pedro Vieira

O Prefeito Municipal de São José, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

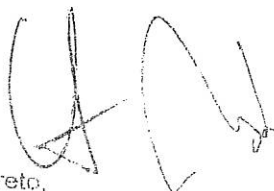


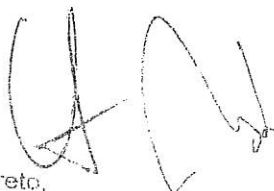


Art. 1º - A emissão de sons e ruídos de qualquer natureza está limitada por esta Lei, assegurando-se aos habitantes do Município de São José a melhoria na qualidade de vida, do meio ambiente e o controle da poluição sonora.

Art. 2º - É proibido perturbar o sossego e o bem estar público com sons excessivos ou incômodos, vibrações ou ruídos de qualquer natureza, produzidos de forma que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados por esta Lei.

Parágrafo Único. Será utilizado, para medição de nível de ruído, o critério contido nas Normas Brasileiras Registradas- NBR 10.151 e 10.152, bem como nas que lhe sucederem.

Art. 3º - As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais, à saúde e ao bem estar público.

Atestifico que o presente ato (Lei, Decreto, Portaria, etc.) foi publicado no Atrio da Prefeitura Municipal de São José, em 01/11/01.

Rua Domingos Antônio Zambini, 380 - Fone 381-0000 - CEP: 88.117-200 - Barreiros - São José - Santa Catarina
Assinado por:   
Assinado por:   



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/01

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

CAPÍTULO II

Das Definições

Art. 4º- Para os efeitos desta Lei, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I - *som* toda vibração acústica capaz de provocar sensações audíveis;

II - *poluição sonora* toda vibração acústica que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta Lei;

III - *ruído nocivo* a vibração acústica contínua, impulsiva ou intermitente, que cause ou tenda a causar perturbações ao sossego público ou produza efeitos psicológicos aos seres humanos e animais;

IV - *ruído impulsivo* aquele com curta duração, com início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor do que um segundo;

V - *ruído contínuo* aquele com flutuação de nível de pressão acústica tão pequena que pode ser desprezada dentro do período de observação;

VI - *ruído intermitente* aquele cujo o nível de pressão acústica cai abruptamente ao nível do ambiente várias vezes durante o período de observação;

VII - *ruído de fundo* toda e qualquer vibração sonora que seja emitida durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;

VIII - *distúrbio sonoro e distúrbio por vibrações* qualquer ruído por vibrações que:

do que o presente ato (Lei, Decreto, etc.) foi publicado no Ato da Prefeitura Municipal de São José, Santa Catarina, em 22 de outubro de 2001.

Rua Domingos André Zappin, 300 - Fone 381-0000 - CEP: 88.117-200 - Barreiros - São José - Santa Catarina

Assinatura no Gabinete



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem estar público;

b) cause dano de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;

c) possa ser considerado incômodo e/ou ultrapasse os níveis fixados por esta Lei.

IX - *nível equivalente (LEQ)* o nível médio de energia do ruído, encontrado integrando-se aos níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB-A;

X - *decibel (dB)* a unidade de intensidade física;

XI - *níveis de som dB(A)* a intensidade do som, medido na curvatura de ponderação "A", definido na norma NBR 10.151 - ABNT;

XII - *zona sensível a ruído* ou *zona de silêncio* aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional. Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 200,00 m (duzentos metros) de distância de hospitais, maternidades, asilos de idosos, escolas, bibliotecas públicas, postos de saúde ou similares;

XIII - *limite real da propriedade* aquele representado por um plano imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;

XIV - *serviço de construção civil* qualquer operação de montagem, construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma edificação, estrutura ou terreno;

XV - *centrais de serviços* canteiros de manutenção e/ou produção de peças e insumos para atendimento de diversas obras de construção civil;

XVI - *vibração* movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer.

[Handwritten signatures and stamps]



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/2001

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

Art. 5º - Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se as seguintes definições:

- I - *período diurno* o compreendido entre às 7h e 19h;
- II - *período vespertino* o compreendido entre às 19h e 22h;
- III - *período noturno* o compreendido entre às 22h e 7h.

CAPÍTULO III

Das Proibições

Art. 6º - A emissão de ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, inclusive de propagandas, sejam elas políticas, religiosas, sociais ou recreativas, obedecerá aos padrões e critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 7º - O nível de som da fonte poluidora, medidos a 5,00 m (cinco metros) de qualquer divisão do imóvel, ou medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder os níveis fixados na Tabela I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 8º - Quando a fonte poluidora e a propriedade onde se dá o suposto incômodo estiverem localizadas em diferentes zonas de uso e ocupação, serão considerados os limites estabelecidos para a zona em que se localiza a propriedade em que se dá o suposto incômodo.

Art. 9º - Quando a propriedade onde se dá o suposto incômodo estiver situada em local próximo a escola, creche, biblioteca pública, centro de pesquisas, asilo de idosos, hospital, maternidade, ambulatório, casa de saúde ou similar com leitos para internamento, deverão ser atendidos os limites estabelecidos para a Área Residencial Exclusiva - ARE, independente da efetiva zona de uso, e deverá ser observada a faixa de 200,00 m (duzentos metros) de distância, definida como zona de silêncio.

Art. 10 - Quando o nível de ruído proveniente de tráfego, medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, vier a ultrapassar os níveis fixados por esta Lei, caberá à Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca articular-se com os órgãos competentes visando a adoção de medidas para eliminação ou diminuição dos distúrbios sonoros.

[Handwritten signatures and initials]

Portaria, etc.) for publicação na Prefeitura até a data de 01/11/2001
Paço Municipal - Sala do Gabinete
Assinatura e Carimbo



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/01

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

Art. 11- Inclui-se nas determinações desta Lei os ruídos decorrentes de trabalhos manuais, como encaixotamento, remoção de volumes, carga e descarga de veículos e toda e qualquer atividade que resulte prejudicial ao sossego público.

Art. 12 - A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, aeroplanos e aeródromos, bem como os produzidos no interior dos ambientes de trabalhos, obedecerão às normas expedidas respectivamente pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e pelos órgãos competentes do Ministério da Aeronáutica e Ministério do Trabalho.

Parágrafo Único - No tocante à emissão de ruídos por veículos automotores, o Município estabelecerá, através de regulamentação específica, os critérios de controle, considerando o interesse local.

Art. 13 - As atividades potencialmente causadoras de poluição sonora, classificadas pelos Planos Diretores como incômodas (I), Nocivas (NO) ou Perigosas (PE), dependerão de prévia autorização da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca, mediante licença ambiental, para obtenção dos alvarás de construção e localização.

Art. 14 - Fica proibida a utilização de fogos de artifícios, serviços de alto-falantes e outras fontes, fixas ou móveis, que possam causar a poluição sonora como meio de propaganda ou publicidade, inclusive a de cunho político, nos logradouros públicos, devendo nos casos especiais serem analisados e autorizados pela Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca.

Parágrafo Único- Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB (oitenta e cinco decibéis) na curva "C" do medidor de intensidade de som, à distância de 7,00 m (sete metros) da origem do estampido ao ar livre, observadas as disposições de determinações policiais e regulamentares a respeito.

Art. 15 - Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que apresentarem dispositivos de controle que limite o tempo de duração do sinal sonoro em, no máximo, 15 (quinze) minutos.

[Handwritten signatures and stamps]

Prestita até a data
Paco Municipal
Assessoria do Gabinete
do Prefeito
ASSINATURA E CARIMBO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/04

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

§ 1º - Para a execução de testes de fabricação ou instalação de alarmes sonoros veiculares, deverão ser utilizados dispositivos de controle, de forma que não seja necessária a emissão sonora acima dos limites estabelecidos na Tabela I desta Lei.

§ 2º - No caso específico de alarmes sonoros em veículos ou imóveis, com acionamento periódico ou constante, serão aplicadas as mesmas sanções previstas nesta Lei, sem prejuízos de outras disposições legais mais restritivas.

Art. 16 - Não se compreende nas proibições dos artigos anteriores ruídos e sons produzidos:

I - por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares usados nas propagandas eleitorais e política, nos termos estabelecidos pela legislação pertinente, e nas manifestações coletivas que não ultrapassem 65 dB (sessenta e cinco decibéis), que ocorram somente nos períodos diurno e vespertino e seja autorizado nos termos do artigo 6º desta Lei;

II - por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III - por manifestações em festividades religiosas, comemorações oficiais, reuniões esportivas, festejos carnavalescos e juninos, passeatas, desfiles de fanfarra ou bandas de música ou procissão, desde que se realizem em horário e local previamente autorizados pelos órgãos competentes e nos limites por eles fixados ou nas circunstâncias consolidadas pelo costume;

IV - por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizada por ambulância, carros de bombeiros e viaturas policiais;

V - por explosivos utilizados na exaustão de pedreiras, rochas ou nas demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca, não sendo permitido nos feriados ou finais de semana;

VI - por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o sinal sonoro não se prolongue por tempo superior à 15 (quinze) minutos;

ASSINATURA E CARIMBO

[Handwritten signatures]



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

VII - por templos de qualquer culto, desde que não ultrapasse os limites de 65 dB (A) nos períodos diurno e vespertino e no período noturno enquadrem-se na Tabela I.

Art. 17 - Por ocasião do Carnaval e nas comemorações do Ano Novo serão toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente proibidas por esta Lei.

Art. 18 - O nível de som provocado por máquinas e aparelhos utilizados por serviços de construção civil, devidamente licenciados, deverá atender aos limites máximos estabelecidos na Tabela II, que é parte integrante desta Lei.

§ 1º - Para a aplicação dos limites constantes na Tabela II, serão regulamentados, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, os critérios para a definição das atividades possíveis de confinamento.

§ 2º - Excetuam-se destas restrições as obras e os serviços urgentes e inadiáveis decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, acidentes graves ou período iminente à segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como o restabelecimento de serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica, telefone, água, esgoto e sistema viário.

CAPÍTULO IV

Da Fiscalização

Art. 19 - Os estabelecimentos ou instalações potencialmente causadores de poluição sonora deverão requerer à Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca certidão de tratamento acústico adequado, sendo os requisitos instruídos com os documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:

I - tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e equipamentos sonoros utilizados;

II - zona e categoria de uso local;



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/01

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

- III - horário de funcionamento do estabelecimento;
- IV - capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;
- V - níveis máximos de ruídos permitidos;
- VI - laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, assinado por técnico especializado ou empresa idônea não fiscalizadora;
- VII - descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o perfeito desempenho da proteção acústica do local;
- VIII - declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às condições compatíveis com a legislação.

Parágrafo Único. A certidão a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser afixada na entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

Art. 20 - O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de 2 (dois) anos, expirando, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- I - mudança de uso dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do artigo anterior;
- II - mudança da razão social;

III - alterações físicas do imóvel, tais como reforma, ampliações ou qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção acústica instalada;

IV - qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na certidão;

V - qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas no mesmo.

§ 1º - Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão competente, que providenciará vistoria técnica.

[Handwritten signatures]



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL
em 01/11/01

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

§ 2º - A renovação da certidão será aprovada pelo órgão competente após prévia vistoria no imóvel, atestando-se sua conformidade com a legislação vigente.

§ 3º - O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido três meses antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento através de prazos ou prorrogações.

§ 4º - A renovação da certidão ficará condicionada à liquidação, junto a Prefeitura, de todos os débitos fiscais que incidirem sobre o imóvel.

Art. 21 - Os técnicos da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca, no exercício da ação fiscalizadora, terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem fontes localizadas de poluição sonora ou se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário.

Parágrafo Único - Nos casos de embargo à ação fiscalizadora, os técnicos ou fiscais da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca poderão solicitar auxílio às autoridades policiais para a execução da medida ordenada.

CAPÍTULO V

Da Aplicação das Penalidades

Art. 22 - A pessoa física que infringir qualquer dispositivo desta Lei, seus regulamentos e demais normas dela decorrentes, ficará sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

- I - notificação por escrito;
- II - multa simples ou diária;
- III - embargo da obra;
- IV - interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;

Prefeitura até a data de
Paço Municipal em
Assessoria do Gabinete
do Prefeito



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL
em 01/11/2001

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

V - cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;

VI - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

VII - paralisação da atividade poluidora.

Parágrafo Único- As penalidades de que trata este artigo poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade ambiental que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção imediata de medidas específicas para cessar e corrigir a poluição sonora emitida, conforme especificação da Fundação do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a multa poderá ter uma redução de até 90 % (noventa por cento) do valor original.

Art. 23 - Para imposição da pena e graduação da multa, a autoridade ambiental observará:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde ambiental e o meio ambiente;

III - a natureza da infração e suas conseqüências;

IV - o porte do empreendimento;

V - os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais.

Art. 24 - São circunstâncias atenuantes:

I - menor grau de compreensão ou escolaridade do infrator;

II - arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;

III - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 25 - São circunstâncias agravantes:

Prefeitura até a data de
Paço Municipal em
Assessoria do Gabinete
da Prefeitura
ASSINATURA DO PREFEITO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL
em 01/11/01

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

I - ser o infrator reincidente ou ter cometido a infração de forma continuada;

II - ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

§ 1º - A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.

§ 2º - A infração continuada caracteriza-se pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, onde a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar a infração.

Art. 26 - Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta Lei serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas, conforme Tabela III anexa, e assim definidas:

I - *leves* aquelas em que o infrator seja beneficiado por uma ou mais circunstâncias atenuantes;

II - *graves* aquelas em que forem verificadas uma ou mais circunstâncias agravantes;

III - *gravíssimas* aquelas em que seja verificada a existência de uma ou mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.

Art. 27 - As penas consistem no pagamento das seguintes multas:

I - nas infrações leves, de 23 (vinte e três) a 3.450 (três mil quatrocentos e cinquenta) Unidades Fiscais de Referência (UFIR's);

II - nas infrações graves, de 3.451 (três mil quatrocentos e cinquenta e uma) a 6.900 (seis mil e novecentas) Unidades Fiscais de Referência (UFIR's);

III - nas infrações gravíssimas, de 6.901 (seis mil novecentos e uma) a 11.500 (onze mil e quinhentas) Unidades Fiscais de Referência (UFIR's).

Art. 28 - Na aplicação das normas estabelecidas por esta Lei, compete à Fundação Municipal do Meio Ambiente - FMA Pedra Branca;



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/2001

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

I - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente;

III - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

a) causas, efeitos e métodos gerais de atenuação e controle e ruídos;

b) esclarecimento das ações proibidas por esta Lei e os procedimentos para os relatos das violações.

Art. 29 - Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as disposições das legislações Federal e Estadual sobre os níveis de ruídos admissíveis.

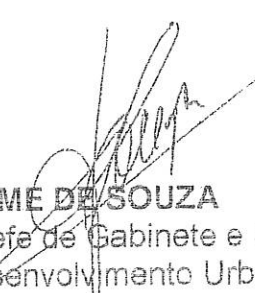
Art. 30 - Esta Lei será regulamentada pelo chefe do Poder Executivo, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 31 - A presente Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua publicação.

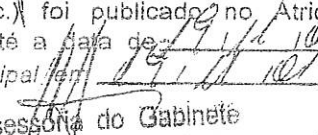
Art. 32 - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2001.


DÁRIO ELIAS BERGER
Prefeito Municipal


JAIME DE SOUZA
Chefe de Gabinete e Secretário Ext. de Desenvolvimento Urbano

Certifico que o presente ato (Lei, Decreto, Portaria, etc.) foi publicado no Atrio da Prefeitura até a data de 19/11/2001.
Paço Municipal em



Assessor do Gabinete
ASSINADO EM CARIMBO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL
em 01/11/01

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.


ADELIANA DAL PONT
Secretária da Saúde


AUGUSTO CÉSAR HINCKEL
Chefe do GAPLAN


CONSTANCIO ALBERTO SALLES MACIEL
Secretário da Administração e Finanças

CARLOS GONZAGA ARAGÃO
Secretário Indústria, Comércio e Turismo

DJALMA VANDO BERGER
Secretário dos Transportes e Obras


FERNANDO MELQUÍADES ELIAS
Secretário da Educação e Cultura

JOSÉ FRANCISCO DA ROSA
Secretário do Esporte e Juventude

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Secretário da SUSP

ROSEMERE BARTUCHESKI BERGER
Secretária do Desenvolvimento Social

ROBSON CARLOS FERREIRA
Procurador Geral do Município

TELMO PADILHA
Secretário da Receita

CARLOS LÉLIS SOUZA
Secretário do Meio Ambiente

Certifico que o presente ato (Lei, Decreto,
Portaria, etc.) foi publicado no Atrio da
Prefeitura até a data de 19/11/01.
Paço Municipal em 19/11/01.

Assessoria do Gabinete



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL

em 01/11/10/

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

ANEXO I

Tabela I

Limites Máximos Permissíveis de Ruídos

ZONA DE USO	DIURNO	VESPERTINO	NOTURNO
Todas as ARE, ERA, AMR e APL	55 dB (A)	50 dB (A)	45 dB (A)
Todas as ARP, APT, ACI, AVL e AVP	60 dB (A)	55 dB (A)	50 dB (A)
Todas as AMC e ATR	65 dB (A)	60 dB (A)	55 dB (A)
Todas as AMS, AS e AIE	70 dB (A)	60 dB (A)	60 dB (A)

ARE - ÁREA RESIDENCIAL EXCLUSIVA
ARP - ÁREA RESIDENCIAL PREDOMINANTE
ATR - ÁREA TURÍSTICA RESIDENCIAL
AMC - ÁREA MÍSTA CENTRAL
AMR - ÁREA MÍSTA RURAL
AMS - ÁREA MISTA DE SERVIÇO
AS - ÁREA SERVIÇO EXCLUSIVO
AVL - ÁREA VERDE DE LAZER
AVP - ÁREA VERDE DE USO PRIVADO
ERA - ÁREA DE EXPLORAÇÃO RURAL
ACI - ÁREA COMUNITÁRIA INSTITUCIONAL
APT - ÁREA DE PARQUE TECNOLÓGICO
APL - ÁREA DE PRESERVAÇÃO COM USO LIMITADO
AIE - ÁREA INDUSTRIAL EXCLUSIVA

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

MURAL
em 01/11/10

Lei n.º 3.731, de 22 de outubro de 2001.

ANEXO II

Tabela II

Serviço de Construção Civil

ATIVIDADE	NÍVEL DE RUÍDO
Atividade não confiáveis	85 dB (A) para qualquer zona, permitido somente no horário diurno
Atividades passíveis de confinamento	Limite da zona constante na Tabela I acrescido de 5 (cinco) dB (A) nos dias úteis em horário diurno. Limite da zona constante na Tabela I para os horários vespertino e noturno nos dias úteis e qualquer horário nos domingos e feriados

Tabela III

CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
LEVE	Atividade geradora de ruído desenvolvida sem licença
LEVE	Até 10 dB acima do limite
LEVE	Outras infrações a esta Lei
GRAVE	De 10 dB a 30 dB acima do limite
GRAVÍSSIMA	Mais de 30 dB acima do limite

Certifico que o presente ato (Lei, Decreto, Portaria, etc.) foi publicado no Atrio da Prefeitura até a data de 01/11/10.
Paço Municipal em 01/11/10.

ASSINATURA E CARIMBO
Assessoria do Gabinete
do Prefeito